



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

---

Certidão nº: **18177/2019**

Validade: 01/04/2019

---

Nome Civil: HEITOR FERNANDES THEODORO

Carteira - CREA-PR Nº :PR-172766/D

Registro Nacional : 1717876161

Registrado(a) desde : 27/08/2018

Data Vcto Registro : 27/08/2019

Filiação : MAURICIO QUERINO THEODORO

MARIA FERNANDES PINHEIRO THEODORO

Data de Nascimento : 10/05/1988

Carteira de Identidade : 8.974.009-6

Naturalidade : LONDRINA/PR

CPF : 06649071994

---

Título: ENGENHEIRO DE TELECOMUNICACOES

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Data da Colação de Grau : 02/08/2018

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º de 29/06/1973 do CONFEA.

---

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:

46577 - IP COM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA LTDA ME

Desde: 06/09/2018 Carga Horária: 2 Horas Unidade: HORA/DIA

67315 - IPSEG SOLUCOES EM SEGURANCA LTDA - ME

Desde: 06/09/2018 Carga Horária: 2 Horas Unidade: HORA/DIA

---

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2018.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

---

De acordo com o disposto no artigo 57, da Lei 5.194/66, o profissional deverá apresentar no prazo de 01 (hum) ano, o seu diploma devidamente registrado junto ao Órgão Competente, para a efetivação do seu registro, sob pena de interrupção.

---

Para fins de: CADASTRO

---

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 58223/2019.

Emitida via Internet em 14/02/2019 11:59:37

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.